



## DIRETORIA JURÍDICA

### Parecer

PROJETO DE LEI Nº 08/2023

### RELATÓRIO

Subscrito pelo Poder Executivo, é o Projeto de Lei nº 03/2023 assim ementado: "Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar convênio com entidades públicas, cooperativas e particulares destinados a projetos de interesse social, no âmbito do município de Cordeirópolis e dá outras providências correlatas"

### ANÁLISE JURÍDICA

O projeto de lei que ora se aprecia tem como finalidade autorizar o Poder Executivo Municipal a celebrar termo de convênio com entidades públicas, cooperativas e particulares destinados a projetos de interesse social. Segundo a justificativa apresentada, a propositura visa promover condições de acesso à moradia digna para toda população de baixa renda contribuindo assim para inclusão social.

Nesse sentido, temos a utilização legítima da competência legislativa disposta para os Municípios no inciso I, do art. 30, da CF/88, c/c o inciso V, do art. 23, da CF/88. Pode e deve o Município, autônomo nos termos estabelecidos pelo caput do art. 18, da CF/88, estabelecer convênios e termos de cooperação com entidades públicas e privadas, com vistas a atingir objetivos em comum estabelecidos pelo próprio texto constitucional, a exemplo do disposto no art. 23, IX, que fixou como competência material comum aos Estados, Municípios e à União, ***promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.***

De igual modo, constata essa Diretoria que o Chefe do Executivo Municipal possui prerrogativa para iniciar o processo legislativo quando se trata de matéria dessa natureza, em face do previsto no art. 108, alínea a), da Lei Orgânica do Município de Cordeirópolis:

***Art. 108.*** O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum mediante:

*a) convênio com o Estado, a União ou entidades particulares;*

Nesse sentido, o Executivo Municipal se serviu legitimamente da prerrogativa a ele reconhecida pela Lei Orgânica para iniciar privativamente o processo legislativo, de modo que, nada há quanto a este requisito, que possa macular a constitucionalidade do respectivo projeto de lei.

Contudo, cumpre consignar que, os convênios e instrumentos congêneres encerram ato de gestão, de condução dos negócios e compromissos municipais, razão pela qual pode ser vista como autêntica atribuição administrativa, que, a seu turno, encontra-se a cargo do Poder Executivo (art. 84, da Constituição Federal).



Sem adentrar no mérito da importância do convênio, nota-se que **o ato de firmar convênios ou parcerias independe de autorização legislativa**, podendo ser efetuado diretamente pelo Chefe do Poder Executivo, conforme preconiza a Lei Orgânica Municipal, como um típico ato de gestão.

Quanto a isso, não há óbices legais que impeçam a tramitação da matéria, podendo o projeto ser entendido, se for o caso, como uma espécie de homologação por parte do Legislativo, de modo a trazer ao conhecimento dos nobres edis a intenção do Executivo de firmar o aludido convênio.

Nada obstante, o art. 3º do projeto contém previsão de isenção de diversas taxas e tributos àqueles que firmarem o respectivo convênio com o Poder Executivo. Nestes termos, vale a necessidade de autorização legislativa, conforme preceitua o art. 144 da Lei orgânica, abaixo transcrito:

*Art. 144 A **concessão de isenção** e de anistia de tributos municipais **dependerá de autorização legislativa**, aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara. (DESTAQUES E GRIFOS MEUS)*

O artigo supracitado não só deixa clara a necessidade de autorização legislativa como também que o quórum para aprovação seja maior que dois terços da Câmara.

Outro ponto que merece destaque é a previsão contida no parágrafo único do art. 3º do projeto, *in verbis*:

*Art. 3º (...)*

*Parágrafo Único. Serão beneficiados com os mesmos itens do "caput" deste artigo as **empresas contratadas** pelo Município, através da Secretaria da Habitação, para realizarem a implantação dos Conjuntos Habitacionais promovidos pelo próprio Município. (DESTAQUES E GRIFOS MEUS)*

Para maior entendimento do que será delineado, cumpre-me trazer, de forma sucinta, a distinção entre convênio e contrato. De certo, convênio e contrato possuem pontos em comum, em medida semelhante aos que lhe caracterizam as diferenças.

Dentre as semelhanças está o fato de que ambos são acordos. No campo das diferenças, o contrato reúne partes com interesses divergentes e/ou contrapostos; enquanto nos convênios os interesses são comuns e coincidentes. Mais ainda, no convênio, entre partícipes, é firmado um termo de convênio onde as pretensões são sempre as mesmas, variando apenas a cooperação entre si, de acordo com as possibilidades de cada um, para a realização de um objetivo comum, na qual de regra, afasta-se a cooperação em dinheiro em face da mútua colaboração.

Por sua vez, nos contratos existem vínculos contratuais entre órgãos e entes da Administração Pública e/ou entre estes e os particulares e cláusulas que preveem responsabilidades, obrigações e contraprestações.

Neste contexto, o projeto de Lei ao mencionar "empresas contratadas", traz a adoção de procedimento diverso do Convênio, albergando para execução da obra a Lei nº



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS

## Edifício "Dr. Cássio de Freitas Levy"

ESTADO DE SÃO PAULO



8.666/1993, que trata das licitações, onde o contratado (pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública), receberá como contraprestação remuneração em dinheiro.

Não obstante o recebimento da respectiva remuneração para execução e conclusão da obra, as moradias serão transferidas aos Municípios mediante alienação e respectivo pagamento por parte do adquirente, onde, as despesas e custos do terreno e da construção são normalmente contabilizados, exceto em caso de doação.

Sem maiores delongas, eis que não é vedada a concessão de isenção à empresas contratadas pelo Poder Público conforme pretendido no parágrafo único do art. 3º do projeto e preceituado no art. 144 da Lei orgânica.

Entretanto, cabe aos nobres Edis a análise acurada da conveniência e oportunidade das referidas benesses, sempre tendo em vista os interesses dos municípios e os impactos aos cofres públicos, lembrando, ainda, que a arrecadação de impostos é crucial para custear atividades essenciais em prol da População.

### CONCLUSÃO

Feitas tais considerações e diante de todo o exposto, respeitada a natureza opinativa do parecer jurídico, que não vincula, por si só, a manifestação das comissões permanentes e a convicção dos membros desta Câmara, e assegurada a soberania do Plenário, a Diretoria Jurídica **opina pela LEGALIDADE** e pela regular tramitação do **Projeto de Lei nº 08/2023**, por inexistirem vícios de natureza material ou formal que impeçam a sua deliberação em Plenário.

Recomenda-se, outrossim, o encaminhamento do Projeto às Comissões Permanentes desta Edilidade.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL, 07 de março de 2023.

**Josias Freitas de Jesus Rosado**

Diretor Jurídico

OAB/SP nº 376.715